



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 30 / XV / 1.ª SL

Aos seis dias do mês de dezembro de 2022, pelas quinze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala n.º 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que se anexa e que faz parte integrante da presente ata, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

1. Informações gerais

2. Apreciação e votação do parecer de assentimento para a deslocação de Sua Excelência o Presidente da República à Roménia, nos dias 19 e 20 de dezembro do corrente ano, a fim visitar, por ocasião da quadra natalícia, a Força Nacional Destacada em missão naquele país.

3. Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 246/XV/1.ª \(L\)](#) - Recomenda ao Governo que desenvolva esforços para a criação do Passaporte Humanitário Internacional.

4. Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 284/XV/1.ª \(L\)](#) - Pela condenação das violações dos direitos humanos no Catar e na organização do Mundial 2022 de futebol.

5. Debate e votação na especialidade do [Projeto de Resolução n.º 290/XV/1.ª \(PS\)](#) - Recomenda ao Governo que reforce o Ensino de Português no Estrangeiro nas suas diferentes dimensões e intensifique o uso das tecnologias digitais para o tornar mais atrativo, interativo e ajustado ao perfil dos alunos.

6. Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 303/XV/1.ª \(CH\)](#) - Recomenda ao Governo que reconheça a Rússia como Estado “patrocinador do terrorismo internacional”.

7. Distribuição de iniciativas legislativas:



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 30 / XV / 1.ª SL

Baixou à Comissão, em conexão com a 1.ª Comissão, o [Projeto de Lei n.º 377/XV/1.ª \(PSD\)](#) - Procede à segunda alteração da Lei n.º 66-a/2007, de 11 de dezembro, que define as competências, modo de organização e funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas.

Deputado Relator: (PS)

8. Discussão e aprovação das seguintes Atas:

- n.º 21, de 27 de setembro de 2022;
- n.º 27, de 15 de novembro de 2022;
- n.º 28, de 21 de novembro de 2022.

9. Outros assuntos

_____ // _____

Iniciada a sessão, a Vice-Presidente da Comissão, Deputada Olga Silvestre (PSD), que dirigiu os trabalhos, começou por relembrar, no âmbito do **Ponto 1.** da OD, que:

- Tinha sido corrigida a lista de presenças da reunião de 15 de novembro passado, a pedido da Sr.ª Deputada Natália Oliveira (PS), daquela passando a constar a sua participação através de videoconferência.
- A audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre os atrasos na rede consular, requerida pelo PSD, tinha sido reagendada para o próximo dia 10 de janeiro, pelas 15 horas.

Transitados para o **Ponto 2.**, foi colocado à votação o parecer de assentimento para a deslocação de Sua Excelência o Presidente da República à Roménia, nos dias 19 e 20 de dezembro do corrente ano, a fim de visitar, por ocasião da quadra natalícia, a Força Nacional Destacada em missão naquele país, tendo o mesmo sido aprovado por



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 30 / XV / 1.ª SL

unanimidade com os votos a favor dos Deputados do PS, do PSD, do CH e da IL, registando-se a ausência dos Deputados do PCP e do BE.

No **Ponto 3.**, foi concedida a palavra ao Deputado Rui Tavares (L) para apresentação do Projeto de Resolução n.º 246/XV/1.ª (L), tendo referido que a iniciativa em apreço tinha como objetivo colocar a Assembleia da República como parte da solução da crise de reinstalação de refugiados. Referiu que existia uma minoria de refugiados que carecia de reinstalação, sendo o sistema vigente desde a 2.ª Guerra Mundial, o sistema por quotas. Referiu que o sistema vigente tinha entrado em crise porque os Estados o tinham colocado em causa. A iniciativa em apreço tinha como objetivo reconsiderar o sistema de reinstalação de refugiados, criando o Passaporte Humanitário, constando como um anexo à Convenção de Genebra. Mais referiu que Portugal implementaria o Passaporte Humanitário após ratificação de um número mínimo de países signatários. Seguidamente, intervieram os Deputados:

Deputado Francisco César (PS) referindo que o Grupo Parlamentar (GP) do PS considerava que a atual lei de estrangeiros e fronteiras, bem como a Constituição da República Portuguesa já se encontravam harmonizadas com os restantes países europeus. Mencionou que o Passaporte Humanitário não devia ser tratado como assunto unilateral, mas laborado nas instituições europeias. Informou que o GP do PS se iria abster na votação.

Deputado Tiago Moreira de Sá (PSD) reconhecendo o mérito da iniciativa em apreço, informando que já existia um sistema comum de asilo, realçando a importância de não entrar em contradição com iniciativas europeias. Reforçou que era de louvar a iniciativa e que o GP do PSD se iria abster na votação.

Deputado Diogo Pacheco de Amorim (CH) referindo ser necessário definir muito bem a condição de refugiado. Informou que o GP do CH se iria abster na votação, pelo motivo de indefinição da condição de refugiado.

Deputado Rodrigo Saraiva (IL) informando que o GP da IL iria votar a favor da iniciativa em apreço e que o Passaporte Humanitário potenciava a resolução de situações que careciam de proteção de cidadãos.

Deputado Rui Tavares (L) informando que se pretendia que a lei continuasse inalterada. Referiu que se pretendia que Portugal se juntasse a outros países europeus no sistema



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 30 / XV / 1.ª SL

vigente de reinstalação de refugiados que se encontrava em crise. Concluiu que não considerava justo que alguns países respeitassem o sistema de quotas e outros não.

No **Ponto 4.**, foi concedida a palavra ao Deputado Rui Tavares (L) para apresentação do Projeto de Resolução n.º 284/XV/1.ª (L), tendo informado que a iniciativa em apreço já tinha sido discutida amplamente em sede de Comissão e reunião Plenária. Referiu que o Catar não reconhecia nem respeitava os direitos humanos, mas não era o único país a fazê-lo. Referiu também que o Campeonato do Mundo de Futebol tinha sido atribuído ao Catar como resultado de uma ampla rede de corrupção agora conhecida.

Seguidamente, intervieram os Deputados:

Deputado Francisco César (PS) referindo que as autoridades portuguesas tinham estado e estariam no Catar a apoiar a seleção portuguesa de futebol e não em apoio do país Catar. Referiu que, no ponto 5 da iniciativa em apreço, a recomendação à Federação Portuguesa de Futebol constante da iniciativa resultava em ingerência por parte da Assembleia da República.

Deputado Tiago Moreira de Sá (PSD) referindo que o tema tinha sido amplamente discutido e que o GP do PSD votaria a favor dos pontos 1 e 3, mas não podia votar a favor dos pontos 2, 4 e 5 por questões de coerência. Informou que se os referidos pontos fossem alterados, o GP do PSD poderia votar a favor, dependendo do seu conteúdo.

Deputado Rodrigo Saraiva (IL) informando que o GP da IL iria votar a favor dos pontos 1, 2, 3 e 4 e não iria inviabilizar o ponto 5, sugerindo a reformulação deste.

Deputado Rui Tavares (L) agradecendo os contributos e informando que procederia à reformulação da parte resolutiva da iniciativa em apreço.

No **Ponto 5.**, foi concedida a palavra ao Deputado Tiago Moreira de Sá (PSD), referindo que estava globalmente de acordo com a iniciativa em apreço, mas existia uma tentativa de partidarização do tema, nomeadamente na parte respeitante aos considerandos. Solicitou o adiamento deste ponto a fim de apresentar uma proposta de alteração da iniciativa em apreço.

No **Ponto 6.**, a Senhora Presidente informou que o CH tinha solicitado que o Projeto de Resolução n.º 303/XV/1.ª (CH) fosse discutido em Plenário.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 30 / XV / 1.ª SL

No **Ponto 7.**, a Senhora Presidente informou da baixa do Projeto de Lei n.º 377/XV/1.ª (PSD), cabendo ao PS a indicação de Deputado relator.

Interveio o Deputado Francisco César (PS) para indicar como autoria do parecer o Deputado Paulo Pisco.

No **Ponto 8.**, foram colocadas à votação as atas n.º 21, n.º 27 e n.º 28, tendo estas sido aprovadas por unanimidade com os votos a favor dos Deputados do PS, do PSD, do CH e da IL, registando-se a ausência dos Deputados do PCP e do BE.

No **Ponto 9.**, não se registaram outros assuntos.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu a reunião por encerrada pelas 15:48 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Encontra-se disponível o [registo áudio](#) da reunião, o qual constitui parte integrante da presente ata.

Palácio de São Bento, 6 de dezembro de 2022.

A VICE-PRESIDENTE
(Olga Silvestre)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 30 / XV / 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Real (PS)
Edite Estrela (PS)
Eunice Pratas (PS)
Francisco César (PS)
Gil Costa (PS)
Miguel Iglésias (PS)
Natália Oliveira (PS)
Romualda Nunes Fernandes (PS)
Francisco Pimentel (PSD)
João Montenegro (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Ricardo Sousa (PSD)
Tiago Moreira De Sá (PSD)
Diogo Pacheco De Amorim (CH)
Rodrigo Saraiva (IL)
Francisco Pereira De Oliveira (PS)
Susana Correia (PS)
Afonso Oliveira (PSD)
Carla Madureira (PSD)
Isabel Meireles (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Azevedo (PS)
Sérgio Sousa Pinto (PS)
António Maló De Abreu (PSD)
Paula Santos (PCP)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia Santos (PS)
Paulo Pisco (PS)
Duarte Pacheco (PSD)
Pedro Roque (PSD)
José Moura Soeiro (BE)

Ata aprovada em reunião da Comissão, em 3 de janeiro de 2023